



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

Centro de Referência em Educação a Distância - CREaD



shutterstock.com • 644760670

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO

MODALIDADE A DISTÂNCIA

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

CUIABÁ

2020

Aprovado no CONSUP pela Resolução nº 80, de 26 de novembro de 2020.
Aprovado no CONSEPE pela Resolução nº 30, de 26 de outubro de 2020.

REITOR

Willian Silva de Paula

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Carlos André de Oliveira Câmara

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Marcus Vinicius Taques Arruda

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Wander Miguel de Barros

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Túlio Marcel Vasconcelos Rufino de Figueiredo

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

João Germano Rosinske

DIRETOR DE ENSINO MÉDIO

Luciano Endler

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Constantino Dias da Cruz Neto

COORDENADORA DO CURSO

Maria Anunciata Fernandes

Comissão de Elaboração:

Dirlene Ramalho da Silva

Guelda Cristina de Oliveira Andrade

Lilian Maria Gonçalves

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato

Tatiane Regina Alves da Cunha

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
2. PERFIL INSTITUCIONAL	6
3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	7
4. JUSTIFICATIVA	8
5. OBJETIVOS	11
5.1 Geral.....	11
5.2 Específicos.....	11
6. DIRETRIZES CURRICULARES	13
7. REQUISITOS DE ACESSO	14
7.1 Estudantes com necessidades físicas – Pessoa com Deficiência.....	15
7.2 Estudantes com necessidades visuais – Pessoa com Deficiência.....	16
8. PÚBLICO ALVO	16
9. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO	17
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
10.1 Matriz Curricular.....	23
10.2 Representação gráfica do perfil de formação.....	25
10.3 Ementário.....	26
11. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
12. METODOLOGIA	43
12.1 Metodologia das atividades a distância.....	44
13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	46
13.1 Memorial.....	50
14. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	51
15. APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS	52
16. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO	53
17. INSTALAÇÃO E EQUIPAMENTOS	55
18. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	55
19. BIBLIOTECA	57
20. QUADRO DOCENTES E TÉCNICOS	57
21. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	58
22. CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	59
23. REFERENCIAIS	60

Características do Curso

Denominação do Curso: Técnico em Desenvolvimento Infantil

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social

Nível: Médio

Forma: Subsequente

Modalidade: A distância

Formação Profissional: Técnico em Desenvolvimento Infantil

Carga horária total: 1.500 horas

Carga horária dos Componentes Curriculares: 1.200 horas

Carga horária da Prática Profissional Supervisionada: 300 horas

Forma de ingresso: Edital específico - Convênio

Requisitos de acesso: Ensino Médio completo

Periodicidade de seleção: única

Regime de matrícula: única

Integralização do Curso: 2 anos

Turno de Funcionamento: A distância

Número de vagas: 266 (duzentas e sessenta e seis) vagas – Conforme demanda constante no PTA – Plano de Trabalho do Curso.

Número de turmas: 5 turmas

Início do Curso: 2020/2

Município de realização do Curso: Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, eixo tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social”, observando o disposto no Art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do Art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.

[...]

Art. 19 O Ministério da Educação manterá atualizado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos organizado por eixos tecnológicos, para subsidiar as instituições educacionais na elaboração dos perfis profissionais de conclusão, bem como na organização e no planejamento dos cursos técnicos de nível médio e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio

[...]

§ 2º São permitidos cursos experimentais, não constantes do Catálogo, devidamente aprovados pelo órgão próprio de cada sistema de ensino, os quais serão submetidos anualmente à CONAC ou similar, para validação ou não, com prazo máximo de validade de 3 (três) anos, contados da data de autorização dos mesmos.

A Educação Infantil é uma área do conhecimento humano que estuda as especificidades e particularidades das crianças da faixa etária de 0 a 5 anos, que exige a compreensão das funções indissociáveis e complementares do cuidar e do educar. Esse conhecimento é um pré-requisito que envolve a responsabilidade pelo desenvolvimento integral da criança, além da compreensão do direito social das crianças e de suas famílias garantido por Lei (ECA, Lei nº 8.069/90 que regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988). Percebe-se o investimento que o Governo brasileiro, por meio do Ministério de Educação, tem realizado para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade por meio de programas, projetos, legislações e fundos assistenciais para que o País atinja um alto índice na qualidade da educação para estes primeiros anos de vida. Esses investimentos refletem as necessidades econômicas e sociais que vem aumentando em torno dessa modalidade de atendimento.

A tendência à universalização da Educação Infantil em contexto institucional, uma conquista da criança, exige instituições educacionais e profissionais comprometidos, e com formação específica para atender essa camada da população. O atendimento à criança de 0 a 5 anos, ou seja, cuidar e

educar exige um novo tipo de profissional. E ser um profissional de Educação Infantil exige qualificação específica (KRAMER, 2009).

Conforme Anexo IX da Tabela de Submissão da Resolução CNE/CEB n. 01, de 05 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional de educação – MEC que dispõe quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental. Esta oferta experimental, conforme disposto no Art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do Art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Trata-se de uma ação política desenvolvida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT em parceria com as Prefeituras Municipais de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira, voltada para a formação continuada em serviço para os trabalhadores não docentes da educação infantil do sistema de ensino público e/ou para aqueles que desejam ingressar nessa carreira. Pois, entende-se que a tarefa de coordenar processos de desenvolvimento e aprendizagem é complexa e exige profissionais com formação e com conhecimentos teóricos e práticos específicos para essa faixa etária.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

A história do Instituto Federal de Mato Grosso inicia-se no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País. Neste ano, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva deste IFMT. Depois disso, no ano de 1943, foi criada o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger, onde atualmente funciona o Campus São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente Campus Cáceres. Após algumas mudanças de nomenclatura, chegamos ao ano de 2008, com três centros de referência em educação profissional no Estado: o Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e a 29 Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Neste período, já estavam em funcionamento ou em fase de implantação as unidades de ensino descentralizadas (Uned), no bairro do Bela Vista (Cuiabá) e nos municípios de Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Barra do Garças e Rondonópolis. Até que na data de 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria os Institutos Federais em todo o País. Em Mato Grosso, a junção das três autarquias - Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - cria o Instituto

Federal de Mato Grosso (IFMT), que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades, tais como Primavera do Leste, Várzea Grande, Alta Floresta, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra, Sorriso, Sinop, Guarantã do Norte.

Atualmente o IFMT possui 14 (quatorze) campi em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Possui ainda 5 (cinco) campi avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte. Possui também os Centros de Referência de Campo Verde e Jaciara vinculados ao Campus São Vicente; Centro de Referência de Canarana vinculado ao Campus Barra do Garças; Centro de Referência do Pantanal vinculado ao Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva e o Centro de referência de Paranaíta vinculado ao Campus Alta Floresta. Atualmente, possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologias), Pós-Graduação (especializações e mestrados), Técnico (Ensino Médio Integrado, Subsequente, Concomitante e Proeja), Educação a Distância através de cursos da UAB, além de cursos de curta duração, como FIC (Formação Inicial e Continuada).

3. CARACTERIZAÇÃO DO CREaD

O Instituto Federal de Mato Grosso criou o Centro de Referência em Educação a Distância no dia 13 de novembro de 2019 através da portaria nº 2837/2019 RTR-SRDA/RTR-CG/RTR-GAB/RTR/ IFMT , tendo entre suas atribuições: a consolidação das políticas institucionais da Educação a Distância no IFMT, vigente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a oferta de cursos na modalidade a distância, em diferentes níveis e eixos tecnológicos, em programas de formação institucionais ou especiais, e a promoção da pesquisa em tecnologias educacionais para subsidiar as ações educativas do IFMT.

Atualmente o CREaD possui a seguinte composição:

- Docentes: responsáveis pelo desenvolvimento e execução dos projetos pedagógicos dos cursos e demais ações educativas na modalidade a distância;

- Equipe multidisciplinar: responsável pelo desenvolvimento dos recursos tecnológicos educacionais para atender os cursos e ações educativas na modalidade a distância;
- Apoio administrativo: responsável pela gestão dos processos administrativos que suportam as ações pedagógicas dos cursos e ações educativas na modalidade a distância.

O Centro de Referência é uma unidade institucional responsável pelo desenvolvimento dos cursos e programas em Educação a Distância no IFMT objetivando expandir a modalidade e consolidar a política de Educação a Distância almejada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023).

O movimento de criação dos Centros de Referência iniciou em escala nacional a partir de 2015, então o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) fortaleceu a partir de 2017 a criação dos Centros de Referência de Educação a Distância, portanto o IFMT passa a ser a 16ª instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que institucionaliza o seu Centro de Referência em Educação a distância - CREaD.

O Centro de Referência tem o objetivo de impulsionar, de democratizar o acesso à formação continuada através da Educação a Distância, para expandir a formação inicial e continuada, iniciamos com a oferta do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, na modalidade a distância, tendo como polos os municípios de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira.

4. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), reconhece a educação infantil como primeira etapa da educação básica e determina a formação em nível superior, curso de licenciatura plena, para a docência na educação básica e, no mínimo, o nível médio, na modalidade normal/magistério para educação infantil.

Considerando a Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

- FUNDEB bem como o Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, no qual prevê a formação dos profissionais da educação das redes públicas da educação infantil, contribuindo para a consolidação de uma prática educativa soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos.

Considerando ainda o Censo Escolar de 2016, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em que apontou a existência de 154.000 auxiliares atuando em creches e 46.000 auxiliares na pré-escola em todo o país. Considerando que o papel desempenhado por esses profissionais da educação infantil é de auxiliar o professor nas diversas ações e atividades de cuidar e educar as crianças na primeira infância, visando promover seu desenvolvimento integral, nos aspectos físico, psicológico intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Considerando que, em muitos casos, esse profissional é o único responsável pela turma ou divide essa responsabilidade com outro colega da mesma função, com o agravamento de que a maioria não tem a qualificação exigida para tal.

Considerando que o direito de formação desses funcionários, como profissionais da educação, na condição de estudantes é assegurado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação nos artigos “61 e 62-A”, pela Meta 15 do Plano Nacional da Educação (2014-2024), que trata igualmente do processo formativo do profissional não docente, que atua no contexto da educação básica.

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

[...]

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Considerando que o técnico/auxiliar em desenvolvimento infantil não seja contratado como docente, a orientação é para que tenha a formação necessária para atuação, uma vez que esse profissional também desempenha função de educador, similar a concepção aplicada ao Programa Profucionário.

A oferta do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio na modalidade a distância, no âmbito do Estado de Mato Grosso, é resultado de uma ação conjunta entre

o IFMT e SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso e as Secretarias Municipais de Lucas do rio Verde, Peixoto do Azevedo e Ribeirão Cascalheira, em consonância com a política de formação continuada desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC), em atendimento às reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que há muito tempo luta por melhores condições de trabalho e formação continuada para toda a classe de trabalhadores da educação.

Desta forma, o Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, eixo tecnológico “Desenvolvimento Educacional e Social”, no âmbito do IFMT, passa a ser uma ação desenvolvida mediante convênio entre o IFMT como instituição ofertante e as Secretarias Municipais de Lucas do Rio Verde Peixoto do Azevedo e Ribeirão Cascalheira como instituições demandantes, na perspectiva de um Projeto piloto, tendo em vista que o Catálogo de Cursos Técnicos não contempla a formação do Técnico em Desenvolvimento Infantil.

Esta parceria contempla as premissas legais previstas na Resolução o CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 e Resolução CONSUP Nº 50, de 27 de julho de 2017, que prevê o relacionamento do IFMT com a Fundação de Apoio UNISELVA e a Lei Nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto Nº 7.423 de 201 que dispõe sobre o apoio a ações de Ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e de estímulo à inovação das IFES. A oferta do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil, na modalidade a distância, parte da premissa que a modalidade educacional de Educação a Distância, que foi regulamentada pelo Decreto n. 9057, de 25/05/2017, tem se consolidado junto aos processos de ensino e aprendizagem contemporâneos, que se beneficiam da colaboração e da mediação para aproximar estudantes e instituição de ensino, independente do lugar e tempo onde cada um destes estejam.

O emprego da modalidade educacional a distância a esta proposta de formação dos profissionais da educação, dispostos em diferentes municípios, de diferentes regiões do estado de Mato Grosso, possibilita expandir a oferta do ensino de qualidade, que é característica do IFMT. Com o corpo docente e técnico qualificado e por meio do apoio de mediadores dispostos nos polos EaD municipais, será possível levar os conhecimentos relativos ao desenvolvimento infantil a cada vez mais profissionais, conforme disposto nas políticas para a EaD constantes no PDI IFMT 2019-2023.

A experiência do IFMT em ofertar os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, dentro do Programa Profucionário credencia a instituição na oferta de curso a distância no mesmo segmento, certos de que existe uma grande demanda a ser atendida. Neste momento, em que as

atenções da sociedade se voltam para o ensino mediado por TIC, constitui diferencial formativo da instituição o atendimento aos profissionais que irão educar as futuras gerações de cidadãos.

Considerando fundamental que a formação para a cidadania inicie desde os primeiros anos de vida, na família, na instituição de ensino e na comunidade, para o atendimento as especificidades apresentadas pelas crianças de 0 a 5 anos, faz-se necessário que haja uma formação específica para os profissionais envolvidos para habilitá-los no atendimento dessas crianças de forma a cuidar e educar através de ações didáticos/pedagógicas que vislumbrem o amanhã, mas não se esquecendo das necessidades do agora.

Diante do exposto, a oferta experimental de 266 (trezentas) vagas para curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio em parceria com as Prefeituras Municipais de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira, atenderá uma demanda da sociedade e vai ao encontro a uma educação infantil sólida e de qualidade.

Portanto o IFMT propõe-se a oferecer o Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, na modalidade a distância, por entender que contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando profissionais aptos ao desenvolvimento do cuidado necessário que a educação infantil requer, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulada aos processos de democratização e justiça social.

5. OBJETIVOS

5.1 Geral

Formar profissionais capazes de acompanhar adequadamente o desenvolvimento de crianças na educação infantil com embasamento teórico e prático.

5.2 Específicos

- Desenvolver habilidades e competências para atendimento pedagógico na educação infantil em uma perspectiva de formação integral da criança, ou seja, considerando os aspectos físico-motor,

social, cognitivo, afetivo e moral integrando as ações de cuidar e educar ao longo de toda a atividade profissional.

- Compreender a natureza das relações e inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais na constituição da realidade da educação infantil, bem como a importância dos aspectos envolvidos no processo de atendimento à criança;

- Possibilitar a aquisição de conhecimentos históricos e de interpretações da escola e da educação como espaços coletivos de formação humana, de contradições e de diversidade étnico-cultural;

- Compreender os fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação para articulá-los às práticas pedagógicas;

- Compreender o processo de desenvolvimento da criança na construção de suas relações com mundo físico e social integrando os diferentes aspectos: físico, motor, social, afetivo, cognitivo e moral;

- Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada pelos alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;

- Compreender os fundamentos relacionados ao crescimento, desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência e promover a sua inclusão;

- Compreender e aplicar a importância da arte e do lúdico (música, teatro e dança) na educação infantil no desenvolvimento e aprendizagem; (Disciplina: A arte e o lúdico na educação infantil).

- Compreender modos flexíveis de organização do tempo e de espaço escolar, visando contribuir com o processo de desenvolvimento infantil; (Concepção e práticas curriculares na educação infantil).

- Compreender os direitos da criança e suas implicações para a prática pedagógica; (Disciplina: Legislação aplicada a educação infantil).

- Aprender princípios da gestão democrática e da organização escolar na educação infantil; (Disciplina: Gestão e organização escolar na educação infantil).

- Entender as concepções emancipatórias e práticas de construção do Projeto Político Pedagógico, planos de ensino e de aula na educação infantil; (Disciplina: Projeto Político Pedagógico, Planos de ensino e de aula).

- Aprender as concepções de avaliação da aprendizagem e suas aplicações na educação infantil na perspectiva formativa; (Disciplinas: Concepções e práticas de avaliação da aprendizagem na educação infantil).

- Conhecer as doenças típicas da infância e estimular de forma lúdica hábitos de higiene e saúde na educação infantil; (Disciplina: Saúde e Higiene e na Educação Infantil).

- Aprender noções de prevenção de acidentes e de primeiros socorros na educação infantil;

- Compreender e aplicar as boas práticas de Segurança Alimentar na Educação Infantil.

6. DIRETRIZES CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares da política de formação do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio estão contidos na Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 a 214), nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no Decreto nº 8.752/2016, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Resolução nº 06 de 2012, bem como nas orientações do Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profucionário.

Orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Portanto, faz-se necessário destacar:

- Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil;

- Decreto n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008, que altera os dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Resolução CNE/CEB n. 05, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Parecer CNE/CEB nº 112012, aprovado em 09 de maio de 2012, trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 02 de 30 de janeiro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 06 de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Lei n. 12.796, de 04 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;
- Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação;
- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;
- Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2016, que define Diretrizes Operacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade de Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de Ensino;
- O Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Programa Profucionário, 05 de maio de 2016, que prevê a criação e oferta de curso Técnico em Desenvolvimento Infantil de forma experimental como admite a LDB nº 9394/96.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, na modalidade a distância é destinada a trabalhadores que exerçam ou que desejam exercer as funções específicas de desenvolvimento infantil nas escolas das redes públicas estaduais e municipais situadas nos municípios partícipes desse convênio. Para o acesso ao curso, o candidato deve atender aos seguintes requisitos:

- Ser portador do certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente, de acordo com a Portaria nº 1.547 de 24 de outubro de 2011;

- Atender rigorosamente as exigências e pré-requisitos solicitados no edital de seleção;

- Apresentar, no ato da matrícula, todos os documentos exigidos no edital de seleção.

Por ser uma oferta especial, não será admitida transferência interna e externa. A oferta do curso é experimental, portanto, o regime de matrícula e a periodicidade é única.

O candidato classificado no processo seletivo que não efetivar a matrícula junto ao setor de registros acadêmicos, no período designado no edital do processo seletivo, será considerado desistente, perdendo a vaga.

As vagas não preenchidas serão disponibilizadas aos candidatos classificados, respeitando a ordem de classificação, em chamada pública, em data e local especificados em edital.

A avaliação para seleção de novos estudantes será destinada à participação de candidatos que atendam ao requisito de escolarização exigido para o curso.

A inclusão das Pessoas com Deficiência na educação deve assegurar-lhes a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste, a coordenação do curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil, respaldada pelo Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD) e pelas Secretarias Municipais de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira deverão disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

7.1 Estudantes com necessidades físicas - (Pessoas com Deficiência)

A Pessoa com Deficiência se refere aos estudantes que apresentam “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da

fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas”. A Deficiência física é: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos dos corpos humanos, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p. 02).

Os polos de apoio presencial de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira proporcionam condições mínimas de acesso e utilização dos seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a exemplo de:

- rampas de acesso às salas de aulas, aos setores administrativos, biblioteca, laboratórios, auditórios, cantina e área de convivência;
- sanitários devidamente adaptados;

7.2 Estudantes com necessidades visuais - (Pessoas com Deficiência)

Os estudantes com necessidades visuais são aqueles que apresentam a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica. A deficiência visual pode manifestar-se como:

Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após a correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação;

Visão reduzida: acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais.

Se caso algum estudante apresentar essa necessidade, os polos de apoio presenciais disponibilizarão softwares instalados em máquinas específicas com fones de ouvido e material didático impresso em tamanho diferenciado.

8. PÚBLICO ALVO

- Grupo prioritário: profissionais que atuam na rede pública de ensino infantil, lotados nos municípios partícipes desse convênio, Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira ou na rede de ensino pública dos municípios circunvizinhos e que possuam computadores ou dispositivos móveis para acesso à internet, para acompanhamento das aulas. As atividades on-line, bem como as eventuais atividades presenciais, poderão ser realizadas nos polos de educação a distância, mantidos pelas prefeituras parceiras da oferta do curso.

- Demanda pública em caso de não preenchimento das vagas pelo grupo prioritário.

Conforme convênio firmado entre o IFMT e as Prefeituras Municipais de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira, intermediados pela Fundação de Apoio UNISELVA, conforme Resolução CONSUP N° 50, de 27 de julho de 2017, serão ofertadas em 2020/1:

- 150 vagas para o Polo EaD de Lucas do Rio Verde;
- 50 vagas para o Polo EaD de Peixoto de Azevedo;
- 66 vagas para o Polo EaD de Ribeirão Cascalheira;

O Curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio está integralizado em até 2 (dois) anos. Por se tratar de uma oferta de curso experimental, não há previsão de dilação de prazo para conclusão, desse modo a recuperação será contínua e paralela de acordo com a Organização Didática do IFMT ou documento vigente.

9. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO

O curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil visa a formação de um profissional habilitado em cuidar e educar a criança de 0 a 5 anos, a partir de experiências que estimulem a sensibilidade, a criatividade, a ludicidade e saberes que culminarão à construção de uma identidade pessoal e coletiva infantil pautados pela ética, autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum.

A partir desse perfil, as competências do profissional egresso do curso técnico em desenvolvimento Infantil, será:

- Educar e cuidar de forma indissociável da criança na faixa etária de 0 a 5 anos de idade.

- Atuar no apoio ao ensino da Educação Infantil, com crianças de 0 a 5 anos de idade, em creches e pré-escolas;
- Contribuir para a promoção e avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem da criança de 0 a 5 anos de idade;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais afetivas infantis, nas suas relações individuais e coletivas;
- Estar apto a organizar o espaço educativo para que ele seja um ambiente alegre, atrativo, estimulador e acolhedor;
- Conhecer as necessidades da criança de 0 a 5 anos de idade e atentar-se para a criação de condições para uma interação com objetos, jogos, e a socialização infantil;
- Estimular as crianças de 0 a 5 anos de idade a adquirir hábitos de higiene e saúde;
- Estimular as crianças de 0 a 5 anos de idade a adquirir hábitos alimentares saudáveis;
- Acompanhar as ações educativas e zelar pela segurança durante o tempo em que as crianças estão no ambiente sob sua responsabilidade;
- Conhecer e aprender a lidar com o desenvolvimento psicológico infantil;
- Entender e aprender a lidar com crianças de 0 a 5 anos de idade, com diferentes tipos de deficiências ou transtornos;
- Desenvolver investigações sobre a realidade da Educação Infantil;
- Participar na formulação e implementação de projetos pedagógicos e planos de trabalho voltados para crianças de 0 a 5 anos de idade;
- Participar na elaboração, coordenação e avaliação de programas e projetos de Educação Infantil;
- Participar na gestão de Instituições de Educação Infantil;

Por fim, atuar com profissionalismo exige não só o domínio de conhecimentos gerais e específicos que sobre os quais o técnico em desenvolvimento infantil deverá agir, mas também ter conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática administrativa e pedagógica, além de compreender a complexidade das questões envolvidas em seu ambiente de trabalho; ter autonomia para tomar decisões e responsabilidade pelas suas opções. Requer, ainda, que o profissional, servidor saiba avaliar criticamente a própria atuação na instituição

de ensino e que saiba interagir cooperativamente com a comunidade profissional a qual pertence, com a família da criança e com a sociedade.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Em uma perspectiva pós-estruturalista compreendemos o currículo, como arena de produção cultural, artefato cultural e construção social. Então, as diversas formas de conhecimento corporificadas, fixadas, legitimadas contingencialmente e provisoriamente no currículo, são produzidas, tramadas num processo de significação e ressignificação implicado em relações constantes e conflituosas de poder. (SILVA, 2015)

Tendo como fundamento a habilitação em cuidar e educar a criança de 0 a 5 anos, este projeto pedagógico buscará estabelecer as conexões do conhecimento sobre o desenvolvimento físico, motor, social, afetivo, moral e cognitivo. Esta interface será enriquecida com os conhecimentos da área de alimentação, saúde e higiene, compreensão da diversidade da pessoa humana, além de contemplar o trabalho educativo com a criança deficiente e com necessidades educativas especiais buscando, assim, uma prática inclusiva. De modo que a incorporação desses conhecimentos na educação infantil seja articulada pelo lúdico enquanto instrumento potencializador do crescimento, desenvolvimento integral e aprendizagem da criança.

Além disso, o profissional técnico em desenvolvimento infantil deverá estar apto a reconhecer seu papel histórico e social de educador relacionado aos aspectos filosóficos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, biológicos e artísticos, presentes na relação humana e trabalhista em uma instituição de ensino pública ou particular. Para isso, os conhecimentos de produção textual, noções de direito administrativo e do trabalho, conceituação de funcionários de escolas, educadores e gestores, noções de abordagens filosóficas e antropológicas e relações interpessoais serão necessários para capacitar o profissional a atuar como um profissional educador na rede de ensino.

Dessa forma, a organização curricular do Curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, na modalidade a distância, será ministrada via plataforma AVA, além de atendimento presencial semanal no polo de apoio presencial, de modo a favorecer o

desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articuladas com o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Ao que se refere a adoção de Políticas de Educação Ambiental, com base na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto 4.281, de 25 de abril de 2002 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a temática será inserida de forma transversal nos componentes curriculares da matriz, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, tratados interdisciplinarmente. O planejamento curricular considerará os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida e os princípios e os objetivos estabelecidos a fim de estimular a visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia.

Com relação ao que dispõe a Lei n. 11.645, de 10 março de 2008 e a Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas e indígenas, que traz orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática com reconhecimento do direito étnico e inclusivo.

O debate a respeito dos princípios e das práticas de um processo de inclusão social que garantam o acesso à educação e considera a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos, incluindo as questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência e outros que compõem a diversidade serão abordados diretamente no componente curricular “**Noções e cuidados com PCD e educação inclusiva**” com o objetivo de divulgar a produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os futuros cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Contemplando o disposto no Art. 3º do Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular - **Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS** está inserido na matriz como componente curricular obrigatório.

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos ocorrerá pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente nos componentes curriculares da matriz do curso, desde o eixo pedagógico até os componentes específicos, em atendimento a Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.

Dessa maneira, a carga horária total do curso Técnico em Desenvolvimento Infantil é de 1.500 (mil quinhentas) horas, sendo:

- Carga horária teórica mínima: 1.200 (mil duzentas e sessenta) horas;

- Carga horária de Prática Profissional Supervisionada: 300 (trezentas) horas que será ministrada em 03 componentes, Seminário Integrador I, Seminário Integrador II e Seminário Integrador III;

- Carga horária optativa: 60 (sessenta horas).

A estrutura curricular está organizada em 02 dois eixos:

Eixo 01: Técnico-pedagógico, desenvolvido nos 1º e 2º semestres do curso;

Eixo 02: Formação específica, desenvolvida no 3º e 4º semestres do curso.

Totalizando 23 (vinte e três) componentes curriculares obrigatórios e 01 (um) componente curricular optativo.

O Eixo 01 - Técnico-pedagógico contempla os seguintes componentes curriculares: Orientações Gerais, Fundamentos e Práticas da Educação a Distância, Orientação da Prática Profissional, Produção Textual na Educação Escolar, Direito Administrativo e do Trabalho, Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores profissionais e gestores, Educadores e Educandos: tempos históricos, Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica, Relações Interpessoais: Abordagem Psicológica, Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação, Gestão da Educação Escolar, totalizando 500 horas.

O Eixo 02 – Formação Específica contempla os seguintes componentes curriculares: Introdução à Educação Infantil, Estrutura e Funcionamento da Educação Infantil, Psicologia do Desenvolvimento Humano e Social, Currículo da Educação Infantil, Infância e Adolescência no Brasil, Didática da Educação Infantil, Fundamentos da Teoria Piagetiana e a Compreensão da Construção do conhecimento, O Lúdico e a corporeidade na Educação Infantil, Higiene e Saúde na

Educação Infantil, Segurança Alimentar na Educação Infantil, Educação Especial, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Literatura na Educação Infantil, totalizando 700 horas.

O curso prevê momentos presenciais conforme os termos dispostos na Resolução CNE/CEB nº 06/2012, os quais serão regidos pelo professor mediador presencial, esses momentos presenciais serão de acordo com a necessidade dos estudantes, no sentido de garantir a gestão participativa e democrática nas discussões didáticas e políticas dos conteúdos estudados, sanando dúvidas acerca dos estudos realizados, componentes curriculares e nas Práticas Profissionais Supervisionadas. O professor mediador presencial estará no polo para sanar as dúvidas e dificuldades dos estudantes quantas horas ele necessitar.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos, experiências e saberes advindo do mundo do trabalho, possibilitando, assim, a construção do pensamento crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Os eixos que compõem a matriz curricular são articulados entre si, fundamentados nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização. Orientar-se-ão pelo perfil profissional de conclusão estabelecido neste Projeto Pedagógico do Curso, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico humanística dos estudantes.

10.1 Matriz Curricular

Semestre	Componentes Curriculares	Carga horária
1º Eixo – Formação Técnico Pedagógica		
1º Semestre	Orientações gerais	20
	Fundamentos e práticas em Educação a Distância	20
	Orientação para a prática profissional supervisionada	20
	Produção textual na educação escolar	60
	Direito administrativo e do trabalho	60
Subtotal da carga horária do semestre		180
2º Semestre	Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	50
	Educadores e educandos: tempos históricos	50
	Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica	50
	Relações interpessoais: abordagem psicológica	50
	Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação	60
	Gestão da educação escolar	60
	PPS - Seminário Integrador I	100
Subtotal da carga horária do semestre		320
2º Eixo – Formação Específica em Desenvolvimento Infantil		
3º Semestre	Introdução a educação infantil	60
	Estrutura e funcionamento da educação infantil	60
	Psicologia do desenvolvimento humano e social	60
	Currículo da educação infantil	60
	Infância e adolescência no Brasil	60
	Didática da educação infantil	60
	PPS - Seminário Integrador II	100
Subtotal da carga horária do semestre		360

Semestre	Componentes Curriculares	Carga horária
4º Semestre	Fundamentos da teoria piagetiana	60
	O lúdico e a corporeidade na educação infantil	50
	Higiene e saúde na educação infantil	40
	Segurança alimentar na educação infantil	50
	Educação inclusiva	50
	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	40
	Literatura na educação infantil	50
	PPS - Seminário Integrador III	100
	Subtotal da carga horária do semestre	340
Carga horária total dos Componentes Curriculares (hora relógio)		1200
Carga horária da Prática Profissional Supervisionada (Seminários Integradores)		300
Carga horária total do curso		1500
Componente curricular optativo – Informática Básica		60

10.2 Representação gráfica do perfil de formação

1º Eixo – Formação Técnico Pedagógica		2º Eixo – Formação Específica em Desenvolvimento Infantil				
1º Semestre	2º Semestre	Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I	3º Semestre	Prática Profissional Supervisionada – Seminário integrador II	4º Semestre	Prática Profissional Supervisionada – Seminário integrador III
Orientações gerais	Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores		Introdução a educação infantil		Fundamentos da teoria piagetiana	
Fundamentos e práticas em Educação a distância	Educadores e educandos: tempos históricos		Estrutura e funcionamento da educação infantil		O lúdico e a corporeidade na educação infantil	
Orientação para a prática profissional supervisionada	Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica		Psicologia do desenvolvimento humano e social		Higiene e saúde na educação infantil	
Produção textual na educação escolar	Relações interpessoais: abordagem psicológica		Currículo da educação infantil		Segurança alimentar na educação infantil	
Direito administrativo e do trabalho	Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação		Infância e adolescência no Brasil		Educação inclusiva	
	Gestão da educação escolar	Didática da educação infantil	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais			
			Literatura na educação infantil			

Dessa forma, os estudantes deverão realizar os estudos referentes aos componentes curriculares introdutórias, de formação técnica geral, pedagógica, e específica além de realizar a Prática Profissional Supervisionada para a integralização da carga horária total do curso.

A carga horária da Prática Profissional Supervisionada (PPS) está integrada na carga horária de cada componente curricular, e será desenvolvida nas atividades de cada componente curricular.

10.3 EMENTÁRIO

Eixo 01 - Formação técnico-pedagógico - 1º Semestre

Componente Curricular: Orientações Gerais	
Carga Horária: 20 horas	PPS: 5 horas
Ementa: Conhecer e compreender o projeto político pedagógica do curso que se refere aos princípios que orientam as escolhas conceituais e metodológicas, bem como as concepções de todos os elementos envolvidos no processo formativo, tais como: competências, valores, conhecimentos, habilidades, aprendizagem, currículo, experiência prática e avaliação.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar.	
Bibliografia Básica: AZEVEDO, Janete. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Orientações Gerais/4 ed. Atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil, 2012. VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. As dimensões do projeto político pedagógico. Campinas: Papyrus, 2001.	
Bibliografia Complementar: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Em cena, funcionários de escola. Brasília, set. 2004. BESSA, Dante Diniz. Produção de conhecimentos e de sujeitos crítico em educação: reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. In: MUNHOZ, A; FELDENS, D.; SCHUCK, R. Aproximações sobre o sujeito moderno: traçando algumas linhas. Lajeado: Univates, 2006. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. Política e gestão da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. RIOS, Terezinha A. Compreender e ensinar: por uma docência de melhor qualidade, 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001. VIEIRA, Evaldo. Democracia e política social. São Paulo: Cortez, 1992.	

Componente Curricular: Fundamentos e práticas em Educação a Distância	
Carga Horária: 20 horas	PPS: 7 horas
Ementa: Compreender o que é e como se estrutura um curso ou programa de Educação a Distância. Conceito e características de Educação a Distância. Reconhecer o processo de evolução das tecnologias da informação e comunicação, percepção das implicações mais relevantes dessas TICs no cotidiano.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar.	
Bibliografia Básica: BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância mais aprendizagem Aberta. In: BELLONI, Maria Luiza. A formação na sociedade do espetáculo. São Paulo: Loyola, 2002 (p.151-168). CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. KRAMER, Érika A. et al. Educação a Distância: da teoria à prática. Porto Alegre: Alternativa.1999.	
Bibliografia Complementar: OWHEILLER, Otto Alcides. Humanidade e lutas sociais. Porto Alegre: Tchê, 1986. PARENTE, André. Imagem e máquina: a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Editora 34,1993. RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Modelos de educação a distância. In: PRETI, Oreste. Educação a Distância: construindo significados (org). Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília: Plano, 2000. (p.155-178) RUMBLE, Greville. Tecnologia da educação a distância em cenários do terceiro mundo. In: PRETI, Oreste. Educação a Distância: construindo significados (org.). Cuiabá: NEAD/IE – UFMT; Brasília:Plano,2000. (p.43-63). SANCHO, Juana Maria. Tecnologia: Um mundo carregado de ambivalência. In: SANCHO, Juana Maria (org.). Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed, 1998.	

Componente Curricular: Orientação para a Prática Profissional Supervisionada	
Carga Horária: 20 horas	
Ementa: Concepção da PPS. Estágio Supervisionado. Da prática empírica à prática profissional. PPS, exercício de trans-formação. Locais de realização da PPS: escola ou órgãos de atuação e ambientes inovadores. Planejamento, supervisão e avaliação da PPS.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar.	
Bibliografia Básica: BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Editora do Senado, Brasília, 2014. MONLEVADE, João A., “Profissionalização ou Terceirização”, Brasília, 2014. MONLEVADE, João A., Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos. Idea, Ceilândia, 1998.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, Celso. Trabalhando habilidades: construindo ideias. São Paulo - SP: Scipione, 2001. MACHADO, Nilson José. Educação: projetos e valores. São Paulo - SP: Escrituras, 2002.	

ULBRA, Projetos interdisciplinares. Canoas-RS: ULBRA-Universidade Luterana do Brasil, 2020.
 HELENO, Guido. Uma feira de ideias. Brasília - DF: Embrapa, 2004.
 PICAWY, Maria Maira *et al.* Projetos interdisciplinares. [s.l]: ULBRA - Universidade Luterana do Brasil, 2000.

Componente Curricular: Produção Textual na Educação Escolar

Carga Horária: 60 horas

PPS: 8 horas

Ementa: Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.

Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar.

Bibliografia Básica:

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
 CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Todos os Textos: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 1998.
 COSCARELLI, Carla Viana; MITRE, Daniela. Oficina de leitura e produção de textos: livro do professor. BH. Editora UFMG, 2007.

Bibliografia Complementar:

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. Técnica de Redação: O que é preciso para escrever bem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Ferramentas).
 JULIANA, Maria Tércia. Curso completo de redação para todos os fins. Brasília: Pró Redação, 2004.
 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 2ª ed. São Paulo, 2008.

Componente Curricular: Direito administrativo e do trabalho

Carga Horária: 60 horas

PPS: 7 horas

Ementa: Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.

Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar; Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica. Gestão da Educação Escolar.

Bibliografia Básica:

COTRIM, Gilberto Vieira. **Direito e Legislação** – Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva, 1997, 20ª ed.
 MARTINS, Dérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2006, 22ª ed.
 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: RT, 1989.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando – Introdução à Filosofia. São Paulo. Moderna, 1993.

CAMPOS, Nelson P. Ribeiro de. Noções Essenciais de Direito. São Paulo: Saraiva, 2ª ed. 2005.
 GUARESHI, Pedrinho Alcides. Sociologia Crítica. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1991, 26ª ed.
 LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito. São Paulo: Brasiliense, 1989, 10ª ed.
 MONCHÓN, Francisco Morcillo; TROSTER, Roberto Luis. Introdução à Economia. São Paulo: Makron Books, 1994.

Eixo 01 - Formação técnico-pedagógico - 2º Semestre

Componente Curricular: Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 8 horas
Ementa: Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não docentes: prática integrada, profissionalismo e prática social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Educadores e Educandos: tempos históricos.	
Bibliografia Básica: MEC. Valorização dos Trabalhadores em Educação – Os funcionários em cena. 2004. MONLEVADE, João. Funcionários de escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Brasília: IDEA, 1996. MONLEVADE, João. Educação pública no Brasil: contos e descontos. Brasília: IDEA, 1998.	
Bibliografia Complementar: BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. SILVA, M. Abadia; MONLEVADE, João. Quem manda na educação no Brasil? Brasília: IDEA, 1999. MONLEVADE, João. Treze lições sobre fazer-se educador no Brasil. Brasília: IDEA, 2002. MONLEVADE, João. Educação pública no Brasil: consto e descontos. Brasília: Idea, 1998. NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino. A terceirização da educação: a face moderna do retrocesso. Brasília: Editora SAE/DF, 2002.	

Componente Curricular: Educadores e Educandos: tempos históricos	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 7 horas
Ementa: A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e discontinuidades.	

Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Governo, mercado e educação.
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores.
Bibliografia Básica: BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania e direitos humanos. In: Cadernos de pesquisa. São Paulo: Cortez, n. 104, jul. 1989. FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difel, 3ª. ed., 1979. ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003.
Bibliografia Complementar: FONSECA, Marília e Veiga ALENCASTRO, Ilma Passos. (Orgs) As dimensões do projeto político pedagógico. Campinas: Papyrus, 2001. FREIRE, Ana Maria. Analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 1993. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 39ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

Componente Curricular: Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 7 horas
Ementa: Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar.	
Bibliografia Básica: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1992. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith et al. Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 2º ed.	
Bibliografia Complementar: FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 6º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. KONDER, Leandro. O que é dialética. 22º ed., São Paulo: Brasiliense, 1991. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 12º ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. MARX, Karl. Trabalho alienado. Cópia reprografada. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.	

Componente Curricular: Relações interpessoais: abordagem psicológica	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 7 horas
Ementa: Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação	
Bibliografia Básica: BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1999. COLE, M.; COLE, S. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2003. COLL, C. Palácios, J.; MARCHESI, A> (orgs.). Desenvolvimento psicológico e Educação: Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. v. 2.	
Bibliografia Complementar: AQUINO, J. G. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1996. FREIRE, Paulo, Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Unesp, 2001. GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Revista Integração. Vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 2002. OLIVEIRA, M. C.S.L., O conhecimento como descentração: a perspectiva de Jean Piaget sobre a construção do conhecimento. In: PULINO, L. H. C. Z, (org.) Aprendizagem e a prática do professor. São Paulo: Moderna, 2005. PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. São Paulo: Forense, 2003.	

Componente Curricular: Educação, sociedade e trabalho: abordagem sociológica da educação	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 7 horas
Ementa: A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Relações interpessoais: abordagem psicológica.	
Bibliografia Básica: COSTA, Maria Cristina Castilho. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1975.	

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Bibliografia Complementar:
 COTRIN, Gilberto. História e consciência do mundo. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997. V. 2.
 MOCHCOVITCH, Luna Galano. Gramsci e a Escola. São Paulo: Ática, 1988.
 MONLEVADE, João A. C. Educação Pública no Brasil: Contos & Descontos, 2000, Ideia, Ceilândia, DF.
 SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
 TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

Componente Curricular: Gestão da Educação Escolar	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 7 horas
Ementa: Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Direito administrativo e do trabalho.	
Bibliografia Básica: DOURADO, Luiz Fernandes (org.). Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia/GO. Goiânia: Alternativa, 2003. DOURADO, A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998. DOURADO, A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto N.S.C. & AGUIAR, Márcia A. S. M.A. (orgs.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas/SP: Papirus, 2002.	
Bibliografia Complementar: ALGARTE, Roberto A. Planejamento e Gestão da Escola: Instrumentos de Mudança. Mimeo. BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios. In: SILVA, A. M. & AGUIAR, M.A. Retrato da Escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004. DOURADO, Luiz Fernandes; COSTA, Messias. Escolha de dirigentes escolares no Brasil: relatório anual da pesquisa. Brasília: ANPAE, 1998. (Série estudos e pesquisa da ANPAE, n. 4). DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor. H. Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.	

Eixo 02 - Formação Específica em Desenvolvimento Infantil – 3º Semestre

Componente Curricular: Introdução a Educação Infantil	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 11 horas
Ementa: História da Educação Infantil: Delineamento histórico da educação: a história do ensino; a história das instituições escolares, A história da educação infantil, A educação infantil como direito. Caracterização da educação infantil: A educação infantil no Brasil; Considerações sobre creches e pré-escolas; O cuidar e o educar na educação infantil. Políticas públicas e educação infantil: Política Nacional de Educação Infantil, Educação infantil, políticas públicas e política educacional, Qualidade na Educação Infantil.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Estrutura e funcionamento da educação infantil.	
Bibliografia Básica: FARIA, Ana L. Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (orgs) Educação Infantil pós LDB: Rumores e desafios – polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados – FE/UNICAMP, São Carlos: Editora UFSCAR e Florianópolis: UFSC,2000. MENA, Gonzalez Janete, Fundamentos da Educação Infantil - Ensinando Crianças Em Uma Sociedade Diversificada. Editora AMG, 6ª Ed. 2015. OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortez, 2018, 7º ed. (Coleção docência em formação. Série educação infantil).	
Bibliografia Complementar: FERREIRA, S. Imaginação e Linguagem da Criança. Campinas, SP: Papirus, 1998. KAMII, C. & DEVRIES, R. Piaget para a educação pré-escolar. Porto Alegre: Artes Médicas. 1991. KISHIMOTO, T. M. (Org.). O Brincar e Suas Teorias. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. KRAMER, S. e ABRAMOVAY, M. “O rei está nu”: um debate sobre as funções da pré-escola. In Educação Pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. Campinas, SP: Papirus, 1991, p: 27-38. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.	

Componente Curricular: Estrutura e funcionamento da educação infantil	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 12 horas
Ementa: A ética no trabalho com a criança e a família. Organização do ambiente para o atendimento à criança. O cotidiano no trabalho com a criança. Processo participativo das famílias no espaço escolar.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Introdução a Educação Infantil.	
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Introdução, v.1, 2 e 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.	

<p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.</p> <p>CAMPOS, Maria Malta & ROSEMBERG, Fúvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 6º ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.), Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.</p> <p>BONDIOLI, A; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil de 0 a 3 anos: uma abordagem reflexiva. Porto Alegre: ArtMed, 1998.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil: Encarte 1. Brasília: MEC, SEB, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília/DF.</p>

Componente Curricular: Psicologia do desenvolvimento humano e social	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 12 horas
<p>Ementa: Psicologia do desenvolvimento humano: Princípios e conceitos básicos, Fatores e aspectos que influenciam o desenvolvimento humano, concepções epistemológicas: inatistas, empiristas e interacionistas, contribuições teóricas sobre a construção do conhecimento; O processo de desenvolvimento psicossocial nas diferentes etapas do ciclo vital: Infância, Puberdade e adolescência, Juventude e vida adulta, vida adulta intermediária e tardia; Perspectivas contemporâneas em psicologia do desenvolvimento: O foco em contextos, transições e trajetórias desenvolvimentais, Contribuições da psicologia sócio-histórica, A bioecologia do desenvolvimento humano, A psicologia cultural; Desenvolvimento humano e questões sociais: Relações interpessoais, processos grupais e papéis sociais, Contextos socioculturais e processos de desenvolvimento, Cultura, identidade e inclusão social, Desenvolvimento humano e qualidade de vida, Fatores de exclusão social: violência, pobreza, desemprego e adoecimento.</p>	
<p>Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Currículo da Educação Infantil.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANTUNES, Mitsuko A.M. A psicologia na educação: algumas considerações. Cadernos USP, São Paulo, p. 97-112, 1991.</p> <p>OSTERRIETH, Paul A. Introdução à psicologia da criança, 1ª ed., Loyola, São Paulo, 2010.</p> <p>TIENO, Bernabé. A psicologia da criança e seu desenvolvimento. 1ª ed. São Paulo, Paulus, 2007.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>D'ANDREA, Flávio F. Desenvolvimento da personalidade. São Paulo, Difel, 1984.</p> <p>KRAMER, S.; LEITE, M.I.; (Org.). Infância e Produção Cultural. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Coleção Prática Pedagógica).</p>	

MIRANDA, Marília G. de O processo de socialização da criança na escola. LANE, Silvia. Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MIRANDA, Marília G. Psicologia do desenvolvimento. A construção do homem como ser individual. Educativa. Goiânia, v.2, p. 45-62, jan./dez. 1999.

MOREIRA, Paulo R. Psicologia da Educação: interação e individualidade. São Paulo, FTD, 1994.

VAYER, Pierre, Psicologia Atual e desenvolvimento da criança. São Paulo, 1ª ed., 1994.

Componente Curricular: Currículo da Educação Infantil

Carga Horária: 60 horas

PPS: 12 horas

Ementa: Projeto Político Pedagógico em educação infantil; A organização do trabalho pedagógico; A construção do projeto político pedagógico: questões conceituais. A construção do projeto político pedagógico: indicativos e princípios norteadores; Avaliação de projeto político pedagógico; Currículo na educação infantil; Processo de concretização da intenção educativa; Currículo: aspectos teóricos, Eixos curriculares para a educação infantil; Organização curricular; Projeto político pedagógico e propostas curriculares para a educação infantil.

Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Psicologia do desenvolvimento humano e social. Infância e adolescência no Brasil. Didática da educação infantil.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, A. F.; SILVA, T.T. da. Currículo, Cultura e Sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RHETA, V. de Zan, Bett Sales, Christina. Currículo Construtivista na Educação Infantil: Práticas e Atividade.

FARIA, Vitória & SALLES, VITORIA. Currículo na Educação Infantil - 2ª Ed. 2012.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Fátima Regina. Currículo na educação infantil - Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.

ZABALZA, M. A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre, Artmed, 1998.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; et al. (org.) Os fazeres na educação infantil. 3ª edição. São Paulo, Cortez, 2001.

FREIRE, Madalena e DAVINI, Juliana (org). Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças. São Paulo, Espaço Pedagógico, 1999, 1ª edição. (cadernos de reflexão).

ZABALA, A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

Componente Curricular: Infância e adolescência no Brasil	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 11 horas
Ementa: História da criança e do adolescente no Brasil: A história da criança, A história da proteção da criança e do adolescente; A mídia e a questão da criança e adolescente: A manipulação midiática, A regulação dos governos e as mídias; Criança e adolescente na atualidade: As organizações de direitos de crianças e adolescentes, O estatuto da criança e do adolescente.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Psicologia do desenvolvimento humano e social.	
Bibliografia Básica: FREITAS, Marcos Cezar (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. KUHLMANN Jr., Moyses. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. EDWARDS, C; GANDINI, L; FORMAM, G. As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Arte Médica, 1999.	
Bibliografia Complementar: DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de Papel – A Infância, A Adolescência e Os Direitos Humanos No Brasil – Nova Ortografia. ROSSATO, Luciano Alves e LÉPORE, Paulo Eduardo. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/90 - Comentado Artigo Por Artigo – 11ª Ed. 2019. KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil. A arte do disfarce. 3º ed., R.J.: Dois Pontos, 1987. KUHLMANN JR, Moisés. Infância e Educação infantil – uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. OLIVEIRA, Z. M. R. (org.), A criança e seu desenvolvimento: perspectiva pra se discutir a educação infantil. São Paulo, Cortez, 1995.	

Componente Curricular: Didática da educação infantil	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 12 horas
Ementa: Didática e educação infantil: Conceituação de Didática, Princípios da ação educativa, O processo ensino-aprendizagem; A didática na formação do professor: O professor como educador, Relação professor-criança-escola-família, O uso dos recursos didáticos, O ambiente de aprendizagem como recurso didático; Planejamento em educação infantil: Definição de planejamento, Princípios básicos do planejamento, Características do planejamento, introdução à múltiplas linguagens, Diferentes estratégias metodológicas para planejamento de atividades, Análise e avaliação dos planejamentos para crianças de 0 a 6 anos de idade; Avaliação na instituição de educação infantil: Concepções teóricas de avaliação, Objetivos da avaliação, O processo de avaliação.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Currículo da Educação Infantil. Fundamentos da teoria	

<p>piagetiana. O lúdico e a corporeidade na educação infantil. Higiene e saúde na educação infantil. Educação inclusiva.</p>
<p>Bibliografia Básica: VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Lições de Didática. Campinas-SP: Papyrus, 2006. VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. São Paulo: Papyrus, 2006. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.</p>
<p>Bibliografia Complementar: CANDAU, V. M. (Org.). A Didática em questão. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. CANDAU, V. M. (Org.). Rumo a uma nova Didática. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. VEIGA, Ilma P. A. A prática pedagógica do professor de didática. Campinas: Papyrus, 1989. VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico: uma construção possível. São Paulo: Papyrus, 1995. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>

Eixo 02 - Formação Específica em Desenvolvimento Infantil – 4º Semestre

Componente Curricular: Fundamentos da teoria piagetiana	
Carga Horária: 60 horas	PPS: 15 horas
<p>Ementa: Introdução à teoria piagetiana e a compreensão da construção do conhecimento; Biografia de Jean Piaget; Períodos da obra psicológica de Piaget; Origem e evolução do conhecimento; Epistemologia genética; Abordagem da pesquisa; Sujeito e objeto do conhecimento; Propriedades básicas do funcionamento cognitivo: Organização intelectual e desenvolvimento cognitivo; Conceitos centrais da teoria; Os estágios do desenvolvimento cognitivo, O estágio sensório-motor, O estágio pré-operatório, O estágio operatório concreto, O estágio operatório formal; A construção do conhecimento: Fatores de desenvolvimento cognitivo, Tipos de conhecimento, Abstração, Tomada de consciência; Fazer e Compreender; Generalização; O Real; O Possível e o Necessário; O Aspecto Dialético do Progresso Intelectual; Desenvolvimento e Aprendizagem; Avaliações, contribuições e atualidades em epistemologia genética.</p>	
<p>Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Currículo da Educação Infantil. O lúdico e a corporeidade na educação infantil.</p>	
<p>Bibliografia Básica: PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. 4.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1987. PIAGET, Jean. Epistemologia genética. São Paulo: Martins Fontes, 1990. PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.</p>	
<p>Bibliografia Complementar: FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. PIAGET, J. A construção do real na criança. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. PIAGET. A formação do símbolo na criança. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1964. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>	

Componente Curricular: O lúdico e a corporeidade na educação infantil	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 15 horas
<p>Ementa: O corpo como linguagem: corpo, saúde e bem-estar psicossocial: aspectos contemporâneos o corpo na escola, a participação do corpo da criança nas atividades criadoras: uma análise na perspectiva histórico-cultural, imaginação no desenvolvimento infantil; Conceituação de brinquedo, brincadeira, jogo e atividade lúdica; A evolução histórica da concepção de jogo e de criança: Abordagem filosófica, Abordagem sociológica, Abordagem socioantropológica, Abordagem psicológica, Abordagem epistemológica, Abordagem educacional; Jogo, desenvolvimento e aprendizagem: Classificação de jogos na perspectiva Piagetiana: implicações para o ensino, A importância da dimensão lúdica em ambientes de atendimento à criança de 0 a 6 anos e na família, A intervenção do educador e o desenvolvimento integral da criança; O lúdico e a criança portadora de necessidades educativas especiais.</p>	
<p>Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Fundamentos da teoria piagetiana. Didática da educação infantil. Segurança alimentar na educação infantil. Literatura na educação Infantil.</p>	
<p>Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Brinquedos e brincadeira de creches: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. 158 p.:il. MALUF, A C. M. Brincar: Prazer e Aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1971.</p>	
<p>Bibliografia Complementar: BONDIOLI A.; MANTOVANI, S. Manual de Educação Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. NICOLAU, Marieta L. M.; DIAS, Marina C. M. (orgs.). Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância. Campinas: Papirus, 2003. KISHIMOTO T. M.; O jogo e educação infantil. 13ª ed. – Saraiva, 1994. ROSSETTI & FERREIRA, M. C. et al. Os fazeres na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	

Componente Curricular: Higiene e saúde na educação infantil	
Carga Horária: 40 horas	PPS: 14 horas
<p>Ementa: Higiene como expressão material de saúde humana. Saúde e doença. Higiene pessoal e saúde/doença. Higiene ambiental e saúde/doença. Higiene do ambiente de trabalho e saúde/doença. Higiene do ambiente e acidentes por animais peçonhentos. Introdução ao estudo das principais doenças infecto-parasitárias. Estudo fundamental de doenças transmitidas, sexualmente transmissíveis e doenças mais frequentes na infância. Estudo fundamental de doenças causadas por protozoários, helmintos e artrópodes. Profilaxia das doenças infecto-parasitárias. Noções de saneamento. Poluição ambiental e de alimentos. Construção social do conceito de higiene e sua realidade no ambiente de trabalho.</p>	
<p>Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Didática da educação infantil.</p>	

<p>Bibliografia Básica: BONFIM, V. F. F.; CARVALHO, C. S.: SUGAI, T. A. C. Creche e pré-escola. Uma abordagem de saúde. Artes Médicas, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília, 2002c. SEWO, M. T.; RIBEIRO, R. L. R. Pedagogia da infância: educação, desenvolvimento e crescimento da criança. Cuiabá: EdUFMT/UAB, 2009. 94 p.</p>
<p>Bibliografia Complementar: BRASIL. Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) Centro Latino – Americano de Estudos da Violência e Saúde Jorge Carelli (Claves). Guia de atuação frente a maus-tratos na infância e na adolescência. Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) FIOCRUZ. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 2001^a. BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília: Ministério da Saúde, 1990, 110p. PASSOS, M. L. Saúde, alimentação e nutrição. Fascículo 1. Cuiabá: EdUFMT, 2007. 94p. SILVA, C. V.; BRETAS, J. R. S.; HARADA, M. J. C. S. Violência doméstica contra a criança. In: SANTOS, L. E. S. Creche e pré-escola: uma abordagem de saúde. Artes Médica, 2004. VITTA, F. C. F.; EMMEL, M. L. G. A dualidade cuidado x educação no cotidiano do berçário. Paidéia, n. 14, v. 28, p. 177089, 2004.</p>

Componente Curricular: Segurança alimentar na educação infantil	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 14 horas
<p>Ementa: Significado de alimentação e nutrição; A alimentação saudável no contexto escolar – uma reflexão inicial, A alimentação na fase infantil, higiene dos alimentos, doenças decorrentes da má alimentação e doenças crônicas não-transmissíveis (obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, osteoporose e outras); Noções sobre contaminação alimentar – contaminantes de alimentos, DTA – doenças Transmitidas por Alimento, cuidados com a água, manejo de resíduos e cuidados com o lixo; Situações Especiais da Alimentação – conhecendo mais sobre doenças, intolerâncias e alergias que alteram o cardápio, tipos de doença que exijam cuidados na alimentação, formação de hábitos alimentar na escola.</p>	
<p>Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Didática da educação infantil.</p>	
<p>Bibliografia Básica: Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 92 p.: il. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2014/novembro/05/Guia-Alimentar-para-a-pop-brasilieraMiolo-PDF-Internet.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf></p>	

Componente Curricular: Segurança alimentar na educação infantil**Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação escolar (PNAE): legislação. Brasília, c2012. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>>. Acesso: 22 ago. 2016.

MIRANDA, R. S. Alimentação adequada e saudável: uma questão de direito humano. 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/alimentacao-e-cultura/164-alimentacaoadequada-e-saudavel-uma-questao-de-direito-humano>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. Dez passos para uma alimentação saudável. Guia alimentar para menores de dois anos. Brasília: DF, Ministério da Saúde. OPAS, 2002c. Normas e manuais técnicos nº 107. 152p.

SILVA, S. M. C. S.; MURA, J. D. P. Tratado de Alimentação, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo: Roca, 2007.

KELTS, D. G.; JONES, E. G. Manual de Nutrição Infantil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988, 312 p.

Componente Curricular: Educação inclusiva**Carga Horária:** 50 horas

14 horas

Ementa: Perspectiva histórica, social e psicológica das condições de excepcionalidade: A questão do conceito de excepcionalidade e suas implicações familiares e sociais, Estigma e a constituição da identidade e das relações sociais; Caracterização e atuação pedagógica nas diferentes condições de desenvolvimento atendidas pela educação especial: Variações dos níveis intelectuais, Variações dos problemas físico-motores e da linguagem, Variações sensoriais, Variações dos distúrbios sócio-emocionais; Desenvolvimento histórico e marcos legais na educação especial: Da integração à inclusão: trajetória e diferenciações conceituais, Política nacional de educação especial, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990; Declaração de Salamanca, 1994; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira N° 9.394/963. Resolução CNE/CEB n. 2/2001; Decreto n.6571/2008; Resolução CNE/CP n. 1/20123.2.5. Guia de Orientação da educação especial na rede municipal; Normas e competências pedagógicas do atendimento educacional especializado: Atendimento em escola especial, classe especial, classe hospitalar, itinerância, Atendimento educacional especializado - AEE: variações na atuação do professor, Atuação colaborativa de professores do ensino comum e do AEE para a inclusão do estudante.

Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Didática da educação infantil. O lúdico e a corporeidade na educação infantil.

Bibliografia Básica:

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas. Editora Summus Editorial, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. Editora Summus Editorial, São Paulo, 2006.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas: fundamentos da defectologia. Tomo V. Trad. Lic. Ma. del Carmen Ponce Fernández. Ciudad de La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

Componente Curricular: Educação inclusiva**Bibliografia Complementar:**

MANTOAN, M. T. E. (org.) O desafio das diferenças nas escolas. Editora Vozes, Petrópolis, 2008.
RODRIGUES, D. Educação Inclusiva, dos conceitos às práticas de formação. Instituto Piaget, Lisboa, 2011.
MIRANDA, T. G. e FILHO, T. A. G. (Org.) O professor e a educação inclusiva formação, práticas e lugares. Salvador, EDURBA, 2012.

Componente Curricular: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**Carga Horária:** 40 horas**PPS:** 14 horas

Ementa: Introdução à Língua de Sinais. Conceituação e concepções de surdez e dos sujeitos surdos. Histórico da educação de surdos e da Língua de Sinais. Identidades surdas e cultura surda. Fundamentos da educação de surdos: Legislação. Educação bilíngue para surdos: os novos desafios das escolas inclusivas. Formação de professores para atuar na educação de alunos surdos. O papel do tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa.

Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Didática da educação infantil. O lúdico e a corporeidade na educação infantil.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. I: sinais de A a L e v. II: sinais de M a Z. 2001.
GARCIA, E. C. O que todo Pedagogo precisa saber sobre Libras - 2ªED, Editora WAK, 2015.
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
Goldfeld, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. Plexus editora, 2002.
SANTOS, M. R.; CORDEIRO, S. P. R. L.; VALE, J. S. Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Bibliografia Complementar:

HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
SKLIAR, C. A surdez: Um olhar sobre as diferenças. Editora: Mediação, 3ª Edição, Porto Alegre/RS, 2005.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Editora UFSC, 3ª edição, Florianópolis/SC, 2013.
VELOSO, E.; MAIA FILHO, V. Aprenda Libras com eficiência e rapidez. Vol 1. Curitiba/PR, Mãos Sinais, 2009.

Componente Curricular: Literatura na educação Infantil	
Carga Horária: 50 horas	PPS: 14 horas
Ementa: Conceito e história da Literatura infantil, Gêneros universal e brasileira dos clássicos aos contemporâneos da literatura infantil. A poesia infantil e a criança. Experiências em sala de aula, proposta de iniciação literária para a educação infantil e as séries iniciais, critérios para escolha de livros infantis, oficina de contar história, Metodologia para a formação de leitores.	
Integração Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Seminário Integrador I, II, III; Produção Textual na Educação Escolar. Didática da educação infantil. O lúdico e a corporeidade na educação infantil.	
Bibliografia Básica: AGUIAR, V. T. & BORDINI, M. G. Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas. 2º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. CADEMARTORI, L. O que é literatura infantil? 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura Infantil-Teoria e Prática. 18. ed. São Paulo: Ática, 2006.	
Bibliografia Complementar: ANTUNES, C. Educação Infantil: prioridade imprescindível. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil - gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1993. LAJOLO, Marisa. Usos e Abusos da Literatura na Escola. Olavo Bilac e a Educação na República Velha. Globo. RJ/Porto Alegre, 1982. PERROTTI, Edmir. O texto sedutor na literatura infantil. São Paulo: Ícone, 1986. ROSEMBERG, Fúlvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1984. ZILBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. Um Brasil para crianças. Para conhecer a literatura infantil brasileira: história, autores e textos. Global, SP, 1993.	

11. PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil Subsequente ao Nível Médio, na modalidade a distância, caracteriza-se como expressão coletiva, devendo ser avaliado periódica e sistematicamente pela comunidade escolar, apoiados por uma comissão avaliadora com competência para a referida prática pedagógica destinada para tal. Qualquer alteração deve ser vista sempre que se verificar, defasagem entre perfil de conclusão do curso, objetivos e organização curricular frente às exigências decorrentes das transformações científicas, tecnológicas, sociais e culturais. Entretanto as possíveis alterações poderão ser efetivadas mediante solicitação à comissão pedagógica de elaboração da proposta.

Os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, definidos neste Projeto Pedagógico de Curso, associados à aprendizagem dos conhecimentos presentes na estrutura

curricular, conduzem a um fazer pedagógico no qual a articulação entre teoria e prática sejam princípios fundamentais.

Considera-se a aprendizagem como um processo de construção em que, partindo dos conhecimentos prévios dos estudantes que será feito através de avaliação diagnóstica (formulário específico), o professor formador e o professor mediador, assumem importante papel de mediação, idealizando estratégias de ensino de maneira que, a partir da articulação entre o senso comum e o conhecimento sistematizado, o estudante possa desenvolver suas percepções e convicções acerca dos processos sociais e de trabalho, constituindo-se como pessoa e profissional com responsabilidade ética, técnica e política em todos os contextos de atuação.

Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem assume dimensões mais amplas, ultrapassando a perspectiva da mera aplicação de provas e testes para assumir uma prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos.

12. METODOLOGIA

A metodologia é entendida como um conjunto de procedimentos empregados a fim de atingir os objetivos propostos para a formação profissional em nível médio, a distância, dos funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública estadual e municipal.

Para tanto, faz-se necessária ao professor mediador e ao professor formador a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliar os estudantes nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como:

- Utilizar recursos tecnológicos para subsidiar as atividades pedagógicas, que podem ocorrer de forma assíncrona e/ou síncrona, por meio de videoaulas, disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Utilizar material impresso (fascículos), devidamente selecionados para a formação dos estudantes por uma equipe multidisciplinar;
- Problematizar o conhecimento, buscando diferentes fontes de informação e produção de conhecimento;
- Reconhecer a existência de uma identidade comum do ser humano, sem se esquecer de considerar os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade dos estudantes;
- Adotar a pesquisa como um princípio educativo;

- Articular e integrar os conhecimentos das diferentes áreas sem sobreposição de saberes;
- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos estudantes, sem perder de vista a (re)construção do saber escolar;
- Organizar um ambiente educativo que articule múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais de vida;
- Diagnosticar as necessidades de aprendizagem dos estudantes a partir do levantamento dos seus conhecimentos prévios;
- Elaborar e executar o planejamento, registro e análise das atividades desenvolvidas;
- Orientar a elaboração de projetos ou planos de trabalho junto com o estudante com objetivo de articular e inter-relacionar os saberes, tendo como princípios a contextualização e a interdisciplinaridade;
- Promover momentos de reflexão que possibilitem aos estudantes, professor mediador e professor formador repensar o processo ensino-aprendizagem de forma significativa para a tomada de decisões; e
- Ministras aulas e encontros interativos, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

12.1 Metodologia das atividades a distância

Todos componentes curriculares trabalhados nesta modalidade partirão de um planejamento, com cronograma detalhado, anterior ao início das atividades acadêmicas, permitindo ao estudante uma melhor condução no desenvolvimento das atividades propostas e na autonomia dos seus estudos. Ainda considerando o planejamento, o estudante receberá previamente orientações para que adquira conhecimento sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, assim como a estrutura do curso e dos componentes curriculares, a fim de estabelecer uma sequência ou rotas de aprendizagem, sempre que possível, para cada conteúdo abordado, além de procurar, ainda, estabelecer a interdisciplinaridade com os demais componentes propostos na matriz curricular.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) o aluno terá a sua disposição vários recursos que comporão a carga horária da disciplina e atenderão as necessidades para uma formação de

qualidade, como: material didático da disciplina; fórum de revisão conceitual, de dúvidas e discussão; endereço das reuniões online e demais materiais complementares.

O material didático, considerado um elemento fundamental na Educação a Distância, contém a concepção pedagógica que guiará a aprendizagem do estudante. Para isso, seu texto será estruturado não apenas por meio dos conteúdos temáticos, mas também mediante um conjunto de atividades para que o aluno possa colocar em ação seus recursos, estratégias e habilidades e participe ativamente do processo de construção do seu próprio saber.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o aluno encontrará parte do ecossistema que dará subsídios à sua formação. Os textos, as orientações, as atividades avaliativas e demais recursos interativos propostos pelo professor e apoiados pelo mediador, facilitarão a aprendizagem de forma individual e coletiva, colaborativa e cooperativamente. No AVA também serão disponibilizados recursos alternativos em PDF, que permitirão acompanhar as atividades propostas quando o aluno estiver off-line.

Espaço assíncrono privilegiado de construção de conhecimento, nos fóruns do AVA os estudantes têm à disposição recursos que potencializarão a discussão on-line.

Serão disponibilizados os seguintes fóruns:

- Fórum de Apresentação – é um espaço reservado para que os professores formadores e mediadores orientem os alunos sobre a melhor maneira de estudar, percorrer todas as atividades propostas e participar das avaliações, e com isso obter maior proveito nas disciplinas.

- Fórum de Revisão – Este é o espaço reservado para que o professor formador disponibilize resumos, questões referentes às disciplinas e outras atividades que ele julgue pertinente e que lhe ajudarão nos estudos.

- Fórum de Dúvidas – é destinado para que os alunos relatem suas dúvidas referentes à disciplina e o professor formador e mediador possa respondê-las de maneira pontual.

- Fórum de Discussão – é reservado para o aprendizado colaborativo, onde o estudante poderá através de temas e atividades propostas pelo professor, debater e trocar informações com os colegas, sempre com o auxílio dos professores formadores e mediadores.

Em todos os fóruns os estudantes acompanham a troca de mensagens entre eles assim como as respostas dos professores e com isso é possível deixar registrado o que foi discutido além de os participantes receberem uma cópia das mensagens por e-mail.

Como recursos síncrono, ou seja, que permite a comunicação ao vivo entre professores e estudantes, o curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil contará com:

- Web conferência – O estudante entra no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos dias e horário marcado e participe online das aulas, com a possibilidade de enviar suas perguntas para serem respondidas em tempo real pelo professor. É uma ferramenta utilizada para realizar o fechamento sobre os assuntos tratados no conteúdo, onde o professor tira as possíveis dúvidas que possam ter ficado sobre o conteúdo, em tempo real, com dia e horário marcados.

- Vídeos: O professor formador deverá gravar vídeos para que os estudantes possam ter acesso e assistir quantas vezes julgarem necessário referente aos pontos mais importantes e dúvidas sobre o assunto. Todo o planejamento das atividades disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, inclusive desde a elaboração, produção do material didático e das atividades teóricas e práticas que compõe a disciplina, se relacionam, para que o conteúdo seja apresentado ao aluno de forma que ele consiga atingir os seus objetivos.

Acontecerão os momentos presenciais no polo, o estudante pode procurar quando sentir necessidade de uma orientação e acompanhamento presencial, o professor mediador estará a disposição para mediar o seu percurso de aprendizagem.

A Prática Profissional Supervisionada (PPS) são os Seminários Integradores I, II, III que acontecerão a culminância da integração curricular. No final de cada PPS, o estudante deverá produzir um relatório final de cada Seminário Integrador para avaliação, que será apresentado em forma de seminário, através de relato de experiência ou pôster.

13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Compreendemos a avaliação como um ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos. Assim, avaliar é a possibilidade de indivíduos e grupos sociais se situar nos processos em que se constituem como sujeitos históricos.

Diante do exposto, o presente Projeto Pedagógico de Curso considera a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, no qual são assumidas as funções diagnóstica, formativa, processual e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada da consciência das limitações, conquistas e possibilidades de

superação de desafios dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação do desempenho acadêmico do estudante será realizada em vários momentos, tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) quanto nos momentos presenciais, pois essa avaliação incorporará novos procedimentos, que valorizem as competências dos acadêmicos, uma vez que o uso de Tecnologias da Informação pelos estudantes possibilita o desenvolvimento de outras habilidades, além das já previstas pelas matrizes curriculares nos cursos de origem.

A avaliação dos estudantes se dará de forma diagnóstica, contínua, processual e somativa tendo em vista que avaliar é um desafio político, social e cultural.

A metodologia de avaliação empregada neste projeto pretende valorizar cada trabalho e/ou atividade desenvolvida pelo estudante em seu ambiente de trabalho, sendo que estes deverão ser registrados em memoriais, no intuito de acompanhar o avanço pedagógico do referido profissional a partir das experiências vivenciadas nas creches ou escolas, de forma individual ou coletiva, na qual a interação social, os desafios, as conquistas são elementos fundamentais para o processo de avaliação e de evolução do estudante. A partir das questões pontuadas, da forma que os conteúdos e experiências são explorados, o estudante começa a entender seu papel no mundo e se sentir parte do processo educativo no interior da creche ou escola.

A avaliação se dará em cada componente curricular, nos momentos presenciais e a distância, ancorada na reflexão dialógica, participativa, diagnóstica, processual e emancipatória entre professor formador, professor mediador e estudante, no sentido de valorizar e relacionar o conhecimento construído historicamente pela humanidade, pela escola e pelas práticas profissionais cotidianas com a experiência de vida de cada estudante. Assim, teoria e prática serão trabalhadas de forma concomitante com resultados extremamente positivos.

Nessa proposta de avaliação, o estudante registra todas as atividades desenvolvidas no memorial que é de sua autoria, sob orientação do professor mediador (sejam relatos, descrições ou narrativas, questionamentos, dúvidas, discordâncias, sugestões, sentimentos e propostas), visto que, através do registro fica claro como o estudante se apropriou e/ou construiu o conhecimento, valores e com a oportunidade de reconstruí-los se necessário for. A partir dessa organização, possibilita ao professor mediador, avaliá-lo e encaminhá-lo para uma nova atividade e/ou desafio.

A avaliação se constitui essencialmente em um espaço de formação e deve, portanto, possibilitar a construção do conhecimento, o aprendizado e a emancipação do estudante, já que os sujeitos envolvidos deverão ser capazes de se auto avaliar diante da realidade na qual estão inseridos e das quais são protagonistas.

Quanto à assiduidade, refere-se à frequência aos momentos presenciais, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado mediante acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades realizadas.

Os instrumentos de avaliação são: além da participação nos fóruns de dúvidas, nos seminários presenciais, também as atividades desenvolvidas em cada componente curricular, o memorial reflexivo, um relatório de atividades com pesquisa de campo e serão utilizados de forma que possibilitem reflexão crítica, criativa e autônoma através da teoria e da prática cotidiana. Cada instrumento de avaliação é diferente e com objetivo distinto.

As atividades serão realizadas mediante pesquisa, práticas de leitura, experimentação, investigação, reflexão e produção textual.

O Memorial é um documento de autoria do estudante, destinado para todos os registros de dúvidas, experiências, observações, reflexões sobre a sua prática profissional efetiva em articulação com as atividades desenvolvidas durante o curso. Esse memorial será orientado, acompanhado, questionado e problematizado pelo professor mediador presencial e permite que juntamente com o estudante percebam elementos do processo de formação, cujo objetivo é observar as limitações, os ritmos, avanços, desafios e assim, redimensionar ações considerando a realidade de cada estudante para que todos aprendam de forma significativa.

A Prática Profissional Supervisionada será avaliada a partir dos relatórios e da observação *in loco*, pelo professor mediador presencial, das atividades propostas e desenvolvidas pelos estudantes, com orientação e apoio do professor formador. Esse instante se pauta no processo dialógico, no qual possibilitará ao professor mediador observar o grau de construção de conhecimentos e competências adquiridos pelo estudante durante o caminho percorrido. No relatório final, será documentado descritivamente cada passo da pesquisa, das atividades desenvolvidas e os resultados atingidos (aquisição de competências previstas).

Nessa concepção de avaliação, o diálogo e a participação prevalecem e oportunizam ao estudante construir, reconstruir e compreender a prática profissional cotidiana, a partir do instante que ela é questionada ou problematizada pelo professor mediador presencial.

Todos os componentes curriculares devem ser avaliados numa dimensão somativa através de uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

As atividades sugeridas nos cadernos de cada componente curricular serão desenvolvidas e avaliadas de acordo com a orientação do Guia de Estudos que será construído pelo professor formador, propondo e professor mediador, auxiliando na realização das atividades e orientando as PPS a serem apresentadas no Seminário Integrador.

Ao final de cada componente curricular o professor mediador deverá atribuir e registrar uma nota de 0 a 5, relativo ao memorial descritivo. Simultaneamente, o professor formador, responsável pela disciplina, avaliará o estudante a partir das suas atividades na plataforma Moodle, atribuindo nota de 0 a 5 pontos a partir das atividades na plataforma Moodle, recomenda-se atribuí-los, por meio de testes on-line, avaliação da produção individual dos estudantes, análise das interações entre estudantes a partir de mensagens postadas/trocadas no ambiente virtual, considerando a interação do estudante com o Moodle, número de acessos ao ambiente, número de mensagens enviadas, quantidade de trabalhos enviados, quantidade de contribuições em determinada ferramenta virtual, de modo que o estudante possa usufruir das ferramentas do Moodle e do dinamismo de suas características, de forma a possibilitar a construção de uma aprendizagem autônoma, incluindo a autorreflexão e autoavaliação, mas que seja também voltada à comunicação, interação e colaboração.

Para efeito de aprovação nas componentes curriculares o estudante deverá obter média final igual ou maior que 6,0 (seis).

A fim de regularização no Sistema Acadêmico aos estudantes que nunca realizaram atividades avaliativas, o professor deverá lançar nota 0 (zero).

Ao estudante que não conquistar os resultados conforme estabelece a presente sistemática não será conferida a diplomação.

Ao final de cada componente curricular o professor mediador deverá atribuir a cada estudante a nota referente ao Memorial Descritivo, efetuando o registro na Plataforma Moodle, em observância ao calendário acadêmico.

Quanto à recuperação, essa se dará de forma paralela e contínua e deverá acontecer durante todo o processo por meio do apoio pedagógico dos professores formadores e professores mediadores,

com reabertura das atividades propostas visando atingir o objetivo do curso de qualificar profissionalmente funcionários educadores que respeitem e sejam respeitados dentro do espaço escolar.

Ao estudante que não conquistar os resultados conforme estabelece a presente sistemática não será conferida a diplomação.

13.1 MEMORIAL

O Memorial é um documento de autoria do estudante, que narra toda sua trajetória destinada para registros de dúvidas, evoluções, experiências, observações, reflexões sobre a sua prática profissional em articulação com os Componentes Curriculares desenvolvidos durante o curso. Esse memorial será orientado, acompanhado, questionado, instigado e problematizado pelo professor mediador presencial permitindo que juntamente com o estudante percebam elementos do processo de formação, cujo objetivo é observar as limitações, avanços, desafios e assim, redimensionar ações considerando a realidade de cada estudante para que todos aprendam de forma significativa.

O Memorial permite ao estudante e professor mediador presencial perceberem um conjunto de elementos do processo de formação, com a finalidade de captar, reflexões, sonhos, questionamento, dúvidas, ideias, críticas e dificuldades, observar ritmos e avanços e, assim, redirecionar os trabalhos para que todos aprendam, considerando a história de vida de cada um, bem como seus limites e diferenças.

O Memorial faz parte do processo avaliativo do curso no intuito de valorizar cada atividade desenvolvida pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem, a escrita do memorial é o momento de reflexão da prática fundamentada pela teoria. Ao final de cada Componente Curricular o estudante apresenta o memorial ao professor mediador presencial para ser avaliado. O estudante registra as atividades desenvolvidas que considerar pertinente no memorial que, sob orientação do professor mediador (sejam relatos, descrições ou narrativas, questionamentos, dúvidas, discordâncias, sugestões, sentimentos e propostas), através do registro fica claro como o estudante se apropriou e/ou construiu o conhecimento possibilitando ao professor mediador, avaliá-lo e encaminhá-lo para uma nova atividade e/ou desafio.

O Memorial, portanto, é um documento/instrumento construído pelo estudante, com o qual poderá perceber a transformação do saber e do saber fazer da vivência em prática educativa profissional a percepção de si no processo de formação, construção essa apoiada no diálogo contínuo

com o professor mediador presencial. O Memorial documento que acompanha todo o processo formativo/transformador do curso, incluídas as reflexões e escritas dos relatórios da Prática Profissional Supervisionada.

14. PRÁTICA PROFISSIONA SUPERVISIONADA (PPS)

De acordo com as Orientações Curriculares Nacionais (MEC/UNB, 3º edição, 2008), balizado nos princípios gerais da política de formação profissional do Técnico em Educação contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas atualizações (Lei nº 9.394/96) a Prática Profissional Supervisionada se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar no mundo em constantes mudanças e desafios.

A Prática Profissional Supervisionada é regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (possibilidade de ser desenvolvida no próprio local de trabalho), aprendizado continuado (orientação em todo o período de seu desenvolvimento), superação da dicotomia entre teoria e prática (articulação da teoria com a prática profissional) e acompanhamento ao desenvolvimento do estudante.

A PPS estará integrada aos componentes curriculares do curso e será orientada pelo professor mediador presencial que acompanhará o plano de atividades a ser desenvolvido pelos estudantes.

A Prática Profissional Supervisionada do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil será realizada em serviço, tomando como base a construção de planos de trabalho (plano de ação educativa) a ser elaborado pelo estudante, devendo ser iniciada junto com os estudos desde o primeiro componente curricular. As intervenções práticas previstas nos planos podem ser desenvolvidas no próprio local de trabalho do estudante, objetivando a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade. O estudante deverá colocar em prática o seu plano de trabalho por meio da vivência da ação educativa, que deverá resultar em relatórios parciais, que irão compor o memorial, sob a orientação e acompanhamento do professor mediador presencial, como forma de registrar as intervenções realizadas em sua própria prática, a partir dos conhecimentos adquiridos no curso e em articulação com as suas experiências profissionais.

A elaboração dos relatórios parciais favorecerá a auto avaliação, a avaliação da aprendizagem e do processo de formação profissional em serviço, assim como subsidiará a construção do relatório final, exigido como trabalho de conclusão do curso.

Objetivamente, o estudo das componentes curriculares que compõe cada eixo possibilita subsídios para a elaboração do conteúdo da componente curricular Prática Profissional Supervisionada e aos saberes necessários a ela, sugerindo atividades de reflexão, investigação e práticas, e ambos se remetem um ao outro, mesmo que nem todas as atividades sugeridas nos fascículos de cada componente curricular sejam abrangidas pelo plano a ser elaborado para a PPS.

A Prática Profissional Supervisionada será integrada aos componentes curriculares que compõem a matriz curricular de modo que se configure em aprendizagem significativa a experiência profissional. A preparação para os desafios do exercício profissional, mediante uma metodologia de ensino que atinja os objetivos propostos culminarão em relatórios que serão elaborados seguindo as regras básicas da Língua Portuguesa, podendo ser escrito em forma de relatório técnico ou portfólio, documento que consiste em uma coleção de trabalhos realizados pelo estudante ao longo do curso, o qual permite que o professor mediador presencial e o aluno trabalhem de forma cooperativa na avaliação do desenvolvimento e das conquistas do estudante.

As 300 (trezentas) horas da Prática Profissional Supervisionada serão orientadas em momentos presenciais pelo professor mediador presencial com o apoio do coordenador do curso. Ao final da PPS, o estudante deverá produzir o relatório final do curso para avaliação que deverá ser apresentado na forma de seminário, através de relato de experiências ou pôster. Esse mapeamento conceitual da prática profissional, ao possibilitar que os estudantes diagramem sua compreensão estrutural de ideias e delineiem a relação entre os componentes, dá pistas ao professor mediador presencial a respeito das mudanças na compreensão e os tópicos que necessitam de discussões mais aprofundadas.

15. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos consiste na possibilidade de considerar válido o componente curricular realizado pelo estudante anteriormente no IFMT ou em outra instituição de ensino. Para ter direito ao aproveitamento, o estudante terá que ter realizado o componente curricular em sua integralidade, cursado nos últimos 5 anos e ter sido aprovado no mesmo, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. O colegiado do curso tendo como base o Regulamento Didático do IFMT analisará a pertinência do aproveitamento do componente curricular.

A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser feita mediante requerimento junto à Secretaria Geral de Documentação Escolar do *Campus* ao qual o estudante está vinculado.

16. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso Técnico em Desenvolvimento Infantil será organizado conforme as exigências legais para a oferta na modalidade a distância em consonância com as normativas do Centro de Referência em Educação a Distância do IFMT.

As aulas serão ministradas via plataforma Moodle e em momentos presenciais obrigatórios, nos polos de apoio presencial mantidos pelas prefeituras municipais partícipes. Os estudantes serão alunos regularmente matriculados no Centro de Referência em Educação a Distância.

O funcionamento do curso dar-se-á no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio da plataforma Moodle em um ambiente virtual apropriado, elaborado para atender as especificidades do curso em tela.

Na educação a distância o polo de apoio presencial, é o local devidamente credenciado para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas ao curso. É no polo que o estudante terá as atividades de mediação presencial, biblioteca, laboratórios, troca de experiências, análise de memoriais descritivos, verificação dos avanços e possibilidades de aperfeiçoamento da ação educativa.

Para o atendimento presencial dos estudantes, haverá 03 (três) polos de apoio presencial, com sede em cada um dos municípios partícipes desta oferta piloto, sendo eles, Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Ribeirão Cascalheira. Conforme acordado em convênio, cada município partícipe ficará responsável por estruturar e manter o funcionamento do polo de apoio presencial, o qual deverá estar equipado com pelo menos 01 (um) laboratório de informática para atendimento individualizado dos estudantes com acesso à internet e 01 (uma) biblioteca para auxílio da realização das atividades presenciais.

No que concerne sobre a estrutura de pessoal da unidade, em cada polo de apoio presencial haverá um coordenador de polo, o qual ficará responsável por gerenciar a infraestrutura necessária para funcionamento do curso além de acompanhar e coordenar as atividades dos professores mediadores no polo presencial.

O curso também contará com o professor mediador presencial que será responsável por exercer as atividades típicas de tutoria, como: registrar na plataforma Moodle, as notas das avaliações

presenciais/memoriais descritivos e a frequência dos alunos nos encontros presenciais; elaborar os relatórios de regularidade das atividades presenciais dos alunos e enviar ao coordenador do polo; estabelecer e promover contato permanente com os estudantes presencialmente e através do Moodle e outros recursos adotados e desenvolver outras atividades pedagógicas designadas. Para cada polo, haverá 01 (um) professor mediador presencial responsável.

Haverá ainda 01 (um) professor formador para cada componente curricular do curso, esse profissional ficará responsável por: planejar as aulas e atividades didáticas e ministrá-las aos estudantes via plataforma Moodle; adequar a oferta dos cursos às necessidades específicas do público-alvo; preparar o plano de ensino da disciplina, contemplando conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia de acordo com as necessidades dos estudantes e o guia de estudos; gravar vídeo aulas ou utilizar de outros recursos midiático pedagógico; acompanhar e corrigir as atividades do Moodle nos prazos estabelecidos e realizar o preenchimento dos diários de classe, com respeito às notas e frequência dos alunos, conforme os registros realizados na plataforma Moodle.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), por intermédio do coordenador de curso e dos demais componentes da equipe de coordenação, será o responsável pela gestão pedagógica e administrativa do programa. Cabe à instituição junto às secretarias parceiras divulgarem a oferta do curso junto à comunidade escolar. É responsabilidade do IFMT organizar o funcionamento do curso e realizar o processo formativo de todos os atores sociais pertencentes ao programa.

O estudante receberá o conteúdo de cada componente curricular em mídia, esses fascículos servirão como base para o trabalho a ser realizado de forma individual e socializado nos momentos presenciais para a ampliação e redimensionamento das questões identificadas como necessárias de um maior aprofundamento. Todo conteúdo será disponibilizado, na plataforma Moodle, sendo possível a sua acessibilidade através da internet.

Ao que refere-se ao atendimento de estudantes PCDs, em conformidade com a Resolução CONSUP nº 043, de 17 de setembro de 2013, cada Campus do IFMT conta com 01 (um) Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE implementado, garantindo ao aluno com necessidades educacionais específicas e outros grupos de excluídos, o acesso e permanência no ensino, com participação, aprendizagem e continuidade nos diversos níveis de ensino, bem como a sua preparação para o mundo do trabalho.

17. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

De acordo com as orientações contidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, a instituição ofertante deverá dispor de recursos necessários ao desenvolvimento curricular para a formação profissional com vistas a atingir um padrão mínimo de qualidade.

O quadro abaixo apresenta a estrutura física mínima necessária ao funcionamento de cada um dos polos presenciais de apoio do Curso Técnico em Desenvolvimento Infantil, na modalidade a distância:

Qtd	Espaço Físico	Descrição
01	Sala de aula para cada grupo de 50 estudantes para as atividades presenciais	Com 50 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual ou Projeções	Com 70 cadeiras, projetor multimídia, computador, televisor e DVD player.
01	Auditório	Com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, e acervo bibliográfico e de multimídia específicos.
01	Laboratório de Informática	Com 20 máquinas, softwares e projetor multimídia e tela de projeção.

18. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

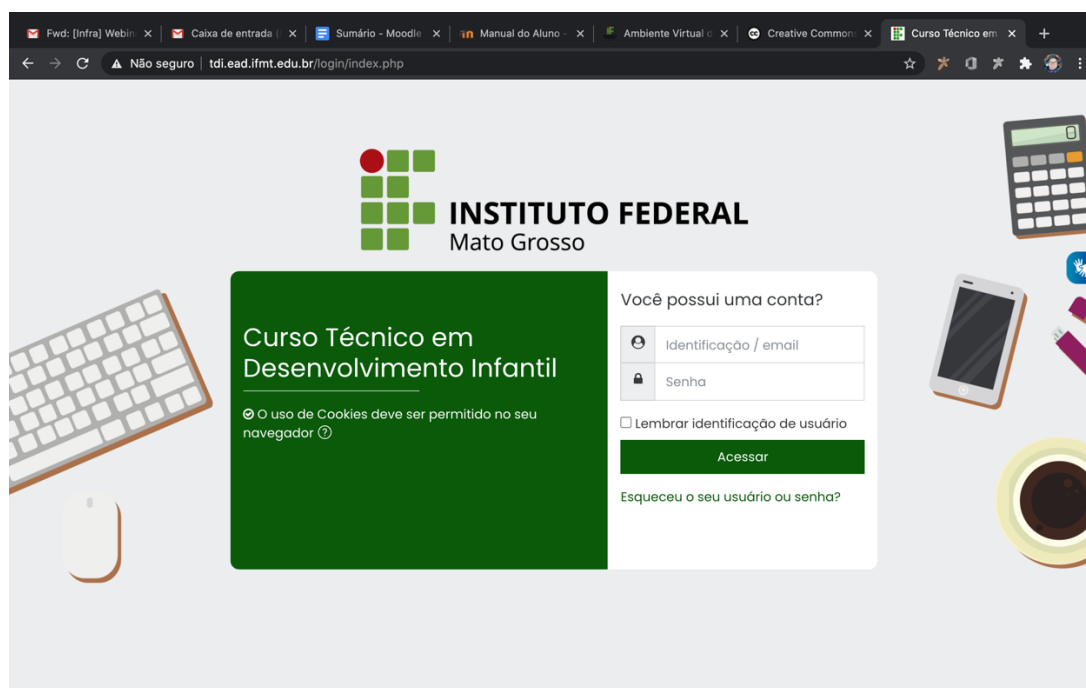
O ambiente virtual de aprendizagem – AVA que atenderá o curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil é baseado no Moodle, versão 3.9 e que foi construído para suportar os cursos técnicos a distância desenvolvido pelo CREaD (Figura X).

Para acessar o AVA, no endereço <http://tdi.ead.ifmt.edu.br/login/index.php>, os estudantes farão a autenticação por meio do fornecimento da matrícula e de uma senha pessoal. Ao acessar o ambiente, os estudantes terão acesso às salas de aula correspondente aos componentes curriculares do curso. São nestas unidades que irão constar os materiais, atividades e avaliações, bem como demais recursos para uso do estudante no momento assíncrono, isto é, quando não está em contato ao vivo com seus professores.

As salas de aula virtuais do AVA que atende ao curso de TDI serão desenvolvidas pelos professores com o auxílio da equipe multidisciplinar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. O desenvolvimento das salas de aula virtuais ocorrerá com antecedência mínima de 30 dias antes do início das atividades acadêmicas. Todas as ações dos estudantes e professores no AVA ficarão disponíveis para verificação por meio de relatório solicitado à Administração do AVA.

É desejável a integração entre o AVA e o sistema acadêmico do IFMT, de forma que o estudante possa ter acesso às suas informações acadêmicas a partir do AVA e vice-versa. As normas de acesso ao AVA que atende ao curso de TDI estão em consonância com o Regulamento dos Ambientes Virtuais do IFMT. É necessário que os usuários do AVA que atende ao curso de TDI tenham ciência das suas permissões e das possíveis sanções em um acesso indevido ou qualquer ação contra à Lei Geral de Proteção de Dado - LGPD

Figura 1 – Tela de autenticação do AVA Curso TDI



Fonte: Site do AVA Moodle TDI IFMT¹

¹ Disponível em <http://tdi.ead.ifmt.edu.br/login/index.php>. Acessado em 30 set 2020.

19. BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca.

O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação, reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normatização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

20. QUADROS DOCENTES E TÉCNICOS

O desenvolvimento do curso será gerenciado pela Pró-Reitoria de Ensino, via Centro de Referência em Educação à Distância (CREaD) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

A contratação de professores autores dar-se-á mediante edital específico com previsão de pagamento de bolsas conforme o Plano Geral de Trabalho. A equipe será composta preferencialmente por servidores do IFMT, conforme exigências comuns de oferta de cursos técnicos, e na eventualidade de insuficiência de pessoal qualificado, a seleção será aberta para demanda social.

A seleção da equipe gestora dar-se-á conforme prevista na Resolução CONSUP nº 50/2017, com previsão de pagamento de bolsas previstas no Plano Geral de Trabalho. A seleção dos coordenadores de polo e professores mediadores presenciais ficará a cargo da coordenação geral do projeto com a coordenação do curso em concordância com o Centro de Referência em Educação a Distância (CREaD).

A equipe pedagógica e administrativa será composta pelos seguintes profissionais:

Ordem	Descrição	Quantidade	Requisitos mínimos e experiência em EaD
01	Coordenador de projeto	01	Formação Superior
02	Coordenador de curso	01	Mestrado
03	Coordenador Administrativo Financeiro	01	Formação Superior
04	Administrador de AVA Moodle	01	Formação Superior na área de Tecnologia da Informação
05	Designer instrucional	01	Formação Superior
06	Revisor de texto	01	Formação na área de Linguagem

Ordem	Descrição	Quantidade	Requisitos mínimos e experiência em EaD
07	Diagramador	01	Formação em design; conhecimento de softwares de diagramação de material de texto;
08	Professor formador	24	Formação Superior
09	Professor autor	13	Formação na área específica
10	Professor mediador	03 para o polo de Lucas do Rio Verde; 01 para o polo de Peixoto de Azevedo; 01 para o polo de Ribeirão Cascalheira.	Formação em Licenciatura, preferencialmente Pedagogia
011	Coordenador de polo EaD	01 para o polo de Lucas do Rio Verde; 01 para o polo de Peixoto de Azevedo; 01 para o polo de Ribeirão Cascalheira.	Formação Superior

As capacitações previstas para a equipe pedagógica e administrativa são:

Ordem	Período	Tipo ou Assunto
01	Anterior ao início do curso 2020/2	Mediação de cursos on-line; Metodologia do Curso TDI; Funcionamento da EaD do IFMT;
02	Anterior ao início do curso 2021/1	Aprimoramento da mediação de cursos on-line; Metodologia das Práticas Profissionais Supervisionadas;

21. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Para desenvolver os recursos didáticos de suporte aos cursos e realizar o acompanhamento dos estudantes, existe a necessidade de se organizar uma equipe multidisciplinar entre os servidores e colaboradores da instituição. Esta equipe contém profissionais de formação diversificada para atender diferentes aspectos da organização do curso. Para o curso de Técnico em Desenvolvimento Infantil, a formação da equipe será:

Ordem	Descrição	Quantidade	Requisitos mínimos
01	Desenvolver para internet	01	Formação técnica ou superior em desenvolvimento para internet
02	Pedagogo	01	Conhecimento em desenvolvimento de cursos EaD e no acompanhamento de estudantes;

22. CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Será conferido Diploma de **Técnico em Desenvolvimento Infantil** aos estudantes portadores de certificado ou diploma de nível médio que cumprirem com todas as exigências do Projeto Pedagógico do Curso e realizarem a integração da carga horária total obrigatória para conclusão do curso, com aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

A certificação profissional constitui o reconhecimento formal de saberes adquiridos em diversas situações de vida e de trabalho que correspondam a uma ocupação profissional. O certificado será emitido após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares definidos no Projeto Pedagógico de Curso. A certificação profissional – prevista no Art. 41 da Lei 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB nº 40/2004 e no Art. 42 da Lei 11.741/2008 – possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional, científica e tecnológica, inclusive na esfera do trabalho, seja objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

23. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional-LDB. Brasília-DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Resolução CEB/CNE nº 02 de 30/01/12 define as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Parecer CEB/CNE nº 11/12. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CEB/CNE nº 06/12 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação profissional de Nível Técnico. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01/14 que atualiza e define os novos critérios para composição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de nível médio. Brasília, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, que institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais de Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profucionário). Brasília, 2010.

BRASIL. Portaria nº 1.547, de 24 de outubro de 2011, que altera dispositivos da Portaria nº. 25, de 31 de maio de 2007. Brasília, 2011.

BRASIL. Caderno Orientações Gerais. Elaborado em parceria entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Mato Grosso para a Rede e-Tec Brasil. Brasília, 2012.

Clavatta, Maria; Ramos, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. DECRETO nº 8752 de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016.

BRASIL. DECRETO nº 7589 de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. Brasília, 2011.

BRASIL. DECRETO nº 7415 de 2010. Revogado pelo DECRETO nº 8752 de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, 2016.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB/MEC nº 02 de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. BRASÍLIA, 2015.

BRASIL. PARECER CNE/CEB/MEC nº 11 de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. RESOLUÇÃO nº 1 CNE/CEB/MEC 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

BRASIL. LEI nº 11741 de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

BRASIL. LEI nº 12513 de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 2011.